

“Eu só quero, eu só queria era poder mudar de vida”: exclusão social e afetividade em adolescentes em situação de rua

*“I only want, I just wish I could change my life”: Social
exclusion and affectivity in adolescents in street situation.*

**Maria da Conceição Gomes da Silva¹
Deyseane Maria de Araújo Lima²**

Resumo

Esta pesquisa retratou as histórias de vida dos adolescentes que se encontravam em situação de rua. Estes frequentavam o Núcleo Albergue João XXIII, um abrigo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS). A situação de rua é carregada de preconceitos e estigmas que reforçam a exclusão social e a violação de direitos humanos. Este trabalho teve como objetivo analisar a situação de rua e o processo de exclusão social dos adolescentes atendidos no Núcleo Albergue João XXIII, sob a ótica da Psicologia Social Crítica. Dialogamos com diversos estudiosos da Psicologia Social Crítica, como: Lane (2004, 2006), Martín-Baró (2009) e Sawaia (2000 2011); já na Psicologia Comunitária cearense, utilizamos Góis (2005, 2008, 2012). Neste estudo, enfatizamos a categoria afetividade como construção teórica e prática marcante para a Psicologia Social, na medida em que nos permite desenvolver uma reflexão sobre a exclusão e a situação de rua, reconhecendo-a como fenômeno socialmente construído, portanto, passível de modificação. Na metodologia, utilizamos a

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Psicologia Social Comunitária pela Faculdade de Tecnologia Intensiva (FATECI). Coordenadora técnico-administrativa do Núcleo Albergue - Casa de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de rua, equipamento social da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (STDS-CE). Contato: ceicagomesead@gmail.com

² Psicóloga. Formação em Arte Terapia pelo Instituto Aquilae. Formação em Gestalt Terapia com crianças e adolescentes. Formação em Gestalt Terapia. Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Educação a Distância pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac Ceará). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É membro do Instituto de Psicologia Humanista e Fenomenológica do Ceará (IPhe-CE). É psicóloga clínica no Instituto Anima Christi e professora da graduação e pós-graduação em psicologia.

Contatos: deyseanelima@yahoo.com.br / www.deyseanelima.com.br

abordagem qualitativa em um estudo do tipo etnográfico. Para a coleta de dados, recorremos à observação participante, à pesquisa documental e à entrevista semiestruturada. A análise das falas dos adolescentes destacou a situação de exclusão como processo que pode afastar os sujeitos da positividade de sua potência, impossibilitando-lhes a construção de projetos de vida. Assim, verificou-se na fala de um dos adolescentes quando indagado sobre os seus sonhos para o futuro: “eu só quero, eu só queria mesmo era poder mudar de vida”, ressaltando a importância da afetividade na Psicologia Social Crítica como uma categoria analítica de fundamental importância para a compreensão da situação de exclusão e desigualdade social. Destacamos também a relevância do estudo para as demais ciências sociais.

Palavras-chave: Adolescentes em Situação de Rua; Psicologia Social Crítica; Afetividade; Exclusão Social.

Abstract

This research showed the life stories of teenagers who find themselves in street situation. They attended the Núcleo Albergue João XXIII, a shelter from the Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS). Homelessness is loaded with prejudices and stigmas that reinforce social exclusion and the violation of human rights. This study aimed to analyze the streets and the process of social exclusion of adolescents treated at the Núcleo Albergue João XXIII, from the perspective of Critical Social Psychology. We dialogued with many scholars of Critical Social Psychology, as Lane (2004, 2006), Martín Baró (2009), Sawaia (2000 2011); and in Psicologia Comunitária Cearense we used Gois (2005, 2008, 2012). In this study, we emphasize the category affectivity as outstanding theoretical and practical construction for Social Psychology as much as it can allow us to develop a reflection on exclusion and homelessness by recognizing it as a socially constructed phenomenon, and therefore, likely to change. In the methodology, we used a qualitative approach in a study of ethnographic. To collect data, we used the participant observation, documentary research and semi-structured interviews with teenagers of the Hostel. The analysis of the teenagers' speeches highlighted the exclusion as a process that can keep the subjects away from the positivity of their potential, making it impossible for them to build life projects. Thus, it was found in the speech of one of the teenagers when asked about their dreams for the future: “I just want, I just really wish I could change my life,” emphasizing the importance of affective in Critical Social Psychology as an analytical category of fundamental importance for the understanding of exclusion and social inequality. We also highlight the study's relevance to other social sciences.

Keywords: adolescents in street situation; Critical Social Psychology; Affectivity, Social Exclusion.

Introdução

A pesquisa é fruto de antigas inquietações a respeito da situação de rua surgidas da prática profissional em uma creche da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará (FEBEMCE)³, cujas crianças, ao serem desligadas da creche quando completavam sete anos de idade, por não terem por quem serem cuidadas nem alimentação suficiente em casa, geralmente iam para ruas tentar obter o sustento nos sinais, pedindo esmolas ou limpando carros; e mais tarde, a designação para a direção do Núcleo Albergue.

O Núcleo Albergue João XXIII é uma casa de passagem para adolescentes em situação de rua localizada no bairro João XXIII, com capacidade para 40 acolhidos, onde estes procuram atender às suas necessidades básicas de alimentação, higiene pessoal e repouso.

Trata-se de um equipamento da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, órgão executor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em nível estadual, que, atuando no âmbito da atenção à alta complexidade, acolhe jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, seguindo as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069/90).

Na instituição, os acolhidos participam de várias atividades: oficinas, esporte, jogos etc. Além de satisfazer suas necessidades básicas, muitos deles buscam a unidade visando conseguir encaminhamento para tratamento de drogadição, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), dentistas e tratamento de saúde, pois acreditam que o encaminhamento via instituição se mostra mais eficaz do que se eles procurassem sozinhos.

As inquietações se tornaram mais intensas, a partir do contato com as categorias da Psicologia Social Crítica no Curso de Especialização em Psicologia Social e Comunitária.

A Psicologia Social Crítica desenvolvida por Silvia Lane (2004) propõe, baseada no materialismo dialético, uma nova epistemologia que atenda às

³ A FEBEMCE era o órgão estadual responsável pela assistência a crianças e adolescentes em situação de risco e responsável pela reintegração social das crianças e adolescentes em situação de rua e em conflito com a lei. Órgão subordinado às diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), criada pela Lei Federal 4.513 de 01/12/1964. À FUNABEM competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor, com responsabilidade de observarem a política estabelecida e de executarem, nos estados, as ações pertinentes a essa política. (PASSETTI, 1999).

realidades sociais e ao cotidiano de cada indivíduo, compreendendo-os como construtores de suas histórias.

Na construção da Psicologia Social Crítica, foram desenvolvidas categorias analíticas que buscam captar o homem em todas as suas dimensões: consciência, atividade, identidade e afetividade. Esta última, originada na filosofia espinosana da ética e na teoria dos afetos, propõe o rompimento com o paradigma cartesiano de separação corpo/mente, sujeito/objeto e apresenta uma noção de ser humano que é afetado por tudo ao seu redor e se constitui a partir desses afetos.

Partindo desses pressupostos, busca-se com este estudo, à luz da Psicologia Social Crítica, analisar a situação de rua e o processo de exclusão a que esses adolescentes que procuram acolhimento no Núcleo Albergue estão submetidos, sem perder de vista a possibilidade de, através de nossas mediações, constituirmo-nos instrumentos de transformação de suas realidades (BOCK; FERREIRA; FURTADO, 2007).

Mediante essas reflexões, o estudo pretende responder às seguintes indagações: quais os motivos que levam os adolescentes a viver nas ruas? O que eles pensam de sua situação? Como eles se percebem? O que esperam da vida?

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a situação de rua e o processo de exclusão social dos adolescentes atendidos no Núcleo Albergue João XXIII, sob a ótica da Psicologia Social Crítica.

1 Metodologia

O Estudo aqui apresentado, utilizando uma abordagem qualitativa, não buscou esgotar todas as possibilidades de análise da temática nem impor conceitos generalizados, mas sim proporcionar uma nova visão da problemática, tendo em vista que esta abordagem, ao tratar de subjetividades e inter-relações humanas, impõe o envolvimento subjetivo do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, desconstruindo a premissa de neutralidade da ciência, quando se busca a “compreensão do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2012, p. 21), portanto, procurando captar a realidade em suas múltiplas dimensões.

Como se trata também de uma busca da compreensão desse universo dos modos de vidas e expectativas dos adolescentes que frequentam o Núcleo Albergue, o método etnográfico, que para Geertz (2008) trata-se de

uma descrição densa de uma determinada realidade, considerando-a em seus múltiplos aspectos e complexidade, foi utilizado por se caracterizar pela busca da produção dos sentidos nos grupos sociais que se constitui um dos objetivos da Psicologia Social (NEVES, 2006), utilizando-se a observação participante e a entrevista semiestruturada para a coleta de dados.

A utilização da observação participante deveu-se a nosso envolvimento profissional com os sujeitos da pesquisa, pois, ao provocar a imersão do pesquisador no campo de estudo, se constitui um importante momento da pesquisa qualitativa. Minayo (2012, p.70) define a observação participante como “um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. A observação participante define-se também por seu caráter de intervenção e transformação da realidade observada, pois o pesquisador afeta e é afetado por esta realidade.

A opção pela entrevista semiestruturada para coleta de dados deveu-se ao fato desta ser um tipo de entrevista que combina perguntas abertas e fechadas. Por partir de questões gerais e possibilitar uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005), possibilita ao pesquisador uma maior flexibilidade na obtenção das informações desejadas. Outro fator que influenciou nesta escolha foi o fato de que os adolescentes, em sua maioria, não conseguiriam responder a questionários formais. No estudo aqui realizado utilizamos perguntas específicas visando explorar alguns aspectos: Quais os motivos que levaram os adolescentes às ruas, como eles percebem a situação de rua, quais suas relações com a família e o que eles esperam sobre o futuro.

Um dos obstáculos encontrados foi a timidez dos adolescentes em responder às perguntas, dificuldade que foi aos poucos superada com uma conversa informal e a garantia que seus nomes não seriam revelados nem seus rostos filmados. Essa preocupação está intimamente relacionada com o fato de alguns adolescentes serem envolvidos com atos infracionais e a divulgação de sua localização e identidade poderia ocasionar retaliações dos atingidos por essas práticas.

Os dados foram obtidos durante a observação participante e a entrevista. Organizamos o material tentando apreender o significado de suas falas, a partir da literatura utilizada como referencial teórico, e de acordo com os objetivos propostos pelo trabalho.

2 A situação de rua como resultado da exclusão social

A história social brasileira sempre apresentou peculiaridades que implicaram na formação de uma nação marcada profundamente pela desigualdade e exclusão. Esse processo resultou na ideia de perigo associada aos pobres. Conforme Pinheiro (2005), as classes abastadas tinham medo dos pobres, o que resultou no *apartheid* social imposto às populações pobres e, principalmente, às crianças e adolescentes que tiravam sua sobrevivência das ruas.

Com a industrialização, que trouxe grandes contingentes populacionais dos campos para as cidades, este fenômeno se agrava e, conforme Elymar Nascimento (1994, p. 43), em sua análise da exclusão social do Brasil, a respeito da pobreza urbana: “agora o pobre é representado como um bandido em potencial. Suas imagens são, sobretudo, a dos moradores de rua e entre estes, os pivetetes, que cheiram cola e roubam os transeuntes nas praças e ruas das grandes cidades”.

Ao longo da História do Brasil, várias denominações foram dadas às crianças e adolescentes que faziam da rua seu espaço de convivência: “menor de rua” no Nordeste, “pivete” no Rio de Janeiro e “trombadinha” em São Paulo. Em qualquer uma dessas denominações, pode-se perceber o fim discriminatório – eles estão sob suspeita, são simplesmente “menores”, e isso os transforma em seres despersonalizados (PINHEIRO, 2005).

A forma como essa questão foi tratada ao longo do tempo reflete o caráter punitivo que se dava na resolução das questões sociais. Em 1927, inaugurou-se a justiça para “menores”. Com esse Código, pretendia-se “restringir o acesso e a permanência na rua de pessoas caracterizadas como desclassificadas” (ABREU; OLIVEIRA; XAVIER, 2009, p. 10). Essa legislação surgiu com o objetivo de manter a ordem “à medida que se zelava pela infância abandonada e ‘criminoso’, prometia ‘extirpar o mal pela raiz’, livrando a nação de elementos ‘vadios e desordeiros’, que em nada contribuíam para o progresso do país” (ABREU; OLIVEIRA; XAVIER, 2009, p. 10)

A reformulação do Código em 1979 uniu a teoria menorista da situação irregular ao regime totalitarista e militarista vigente no país desde 1964 e foi adotada uma política de atendimento que versava entre o assistencialismo e a total retirada do meio social de “menores” considerados perigosos, que ficavam totalmente submetidos à autoridade judicial e eram esquecidos nos abrigos e internatos onde sofriam diversos tipos de violação de direitos (ABREU; OLIVEIRA; XAVIER, 2009).

As lutas pela redemocratização e por garantias de direitos que assolavam o país desde o final de 1970 (PINHEIRO, 2006) culminaram com a promulgação da Constituição de 1988, o que representou a obtenção de vários direitos para a população brasileira, e um dos avanços é o reconhecimento da família, da criança, dos adolescentes e dos idosos como alvos da proteção especial do Estado (BRASIL, 1988/2005), dedicando às crianças e adolescentes os artigos 227⁴ e 228⁵.

A regulamentação desses dois artigos só se concretiza em 14 de outubro de 1990, quando tem efetividade a lei nº 8069, aprovada em julho de 1990, ou como ficou conhecida em todo território nacional: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A lei em questão dá um novo tom à política de atendimento para crianças e adolescentes. Em seu primeiro artigo, ela anuncia que a partir de então todas as ações que visem a esse público devem estar pautadas na doutrina da proteção integral, contemplando todas as crianças e adolescentes, abolindo o Código de Menores.

Foi nesse contexto que, em 1995, foi construído o Albergue, como um anexo do Polo Central de Atendimento, equipamento da Secretaria de Ação Social do Estado (SAS) que se destinava à profissionalização, às atividades esportivas e ao lazer para adolescentes, localizado na Praça da Sé, numa proposta de atendimento em meio aberto, visando atender à demanda de crianças e adolescentes em situação de rua.

Embora o cenário e a maneira como esses adolescentes eram tratados tenham sido um pouco alterados, sua situação de excluídos socialmente certamente não mudou. Em certa medida, os adolescentes ainda continuam com os seus direitos violados, seja por meio de ações ou de omissões.

⁴ “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988, 2005).

⁵ “São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas de legislação especial.” (BRASIL, 1988, 2005)

3 Percepção dos adolescentes sobre a situação de rua: dificuldades, sonhos e expectativas.

Lane (2006, p. 62) reconhece que a “emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação”, destacando a presença da mediação emocional e das questões subjetivas como processo dialético. Esse reconhecimento levou ao desenvolvimento da categoria afetividade como princípio da Psicologia Social Crítica.

Sawaia (2000) afirma que a escolha da emoção como questão epistemológica justifica-se por ser tema central da história das ideias e por ter sido colocada pelos racionalistas como perturbadora da racionalidade do conhecimento, pois era considerada como “obscurecedora” da razão e “fonte de desordem”. Nessa lógica, reforçamos que, para Lima, Bonfim e Pascual (2009, p. 238), as emoções são investigadas como algo que dificulta a apreensão do conhecimento.

Então, qual o sentido em estudar a exclusão tendo como referência a afetividade? Significa a possibilidade de suscitar questionamentos sobre as desigualdades sociais e a exclusão e desnaturalizar a pobreza, reconhecendo-a como fenômeno construído socialmente. Dessa maneira, utilizar a afetividade na Psicologia Social Crítica como categoria de análise nos permite desfazer a ideia de que os indivíduos são culpados por sua situação social e analisá-los como resultado de uma situação perversa de exclusão social.

A ida para as ruas, de acordo com Morais, Neiva-Silva e Koller (2010) é precedida de um processo de vulnerabilização que diz respeito ao contexto familiar que se relaciona às situações vividas pelas famílias desses adolescentes cuja responsabilidade não lhes cabe diretamente: desemprego, situação de pobreza extrema, dependência química dos pais, situações de violência, fatores pelos quais as ruas se tornam uma alternativa de sobrevivência.

Alguns desses fatores são facilmente identificáveis nas falas dos adolescentes quando alegam a falta de condições materiais e os conflitos familiares como responsáveis pela vivência na rua:

Assim... Eu saía pra pedir dinheiro pra casa porque não tinha nada pra comer, aí eu saía.” (Pablo 17 anos).

Aí eu comecei a viver na rua porque não tinha o que ela me dar, não tinha o que comer em casa, por isso eu ia pra rua. Aí eu comecei a me acostumar.” (RAÍ, 17 anos).

Não gosto de ficar com minha mãe, nem com meu pai, porque meu pai sempre batia em mim e eu sou envolvido com os

traficantes de lá. Tou ameaçado lá em casa. (PABLO, 17 anos).
Minha mãe me botou pra fora. E ela não quer eu lá. [...] Porque meu padrasto fica botando na cabeça dela pra ela me botar no meio da rua [...] quando ele bebe e toma aranha” (SIMONE, 15 anos).

Foi depois minha mãe me bateu, né? porque eu peguei minha mãe usando drogas, né? Aí eu peguei eu tinha cinco anos de idade. A minha mãe me batei peguei fugi de casa e aí por isso que hoje em dia... (PAULO, 16 anos).

Então, sob a ótica da exclusão numa compreensão dialética, buscaremos compreender as ambiguidades e as contradições surgidas durante as entrevistas com os adolescentes, para os quais a vida nas ruas, enquanto é alternativa para a situação de pobreza e até de agressões presentes em seus lares também é um espaço de privação, sofrimento e violência (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010):

Viver nas ruas, assim... É muito difícil. É, né? Mas tem que encarar as coisas difícil, né? Eu, em cada dia, em dia a dia, eu encaro uma coisa difícil, encaro um sentido difícil no meio da rua. Tem que encarar as drogas, tem que encarar os “pessoal”, né? Porque às vezes é humilhado no meio da rua, porque é triste. A pior coisa que tem que, eu acho, é a pessoa tá sendo humilhada, né, no meio da rua. (PAULO, 16 anos)

Para sobreviver nas ruas, eles recorrem a vários expedientes, que vão desde o esmolar à realização de pequenos serviços e à prática de atos infracionais. Segundo Marinho (2012, p. 8), essas práticas dos jovens provocam sentimentos de compaixão e despertam a caridade de alguns, mas o sentimento mais recorrente é o medo, pois tais jovens sempre estão associados à violência e ao perigo.

O adolescente Ronaldo (14 anos) vive bem essa sensação quando afirma: “Às vezes eu penso que as pessoas têm medo, nojo, porque eu sou de rua. Primeiro, porque eu sou de rua e depois que eu sou ladrão.”

Parece-nos claro que o discurso do adolescente está profundamente afetado pela ideia que as pessoas fazem dele, demonstrando que os seres humanos não existem isoladamente e estão determinados a afetar e ser afetados por outros seres, sendo assim “sujeitos e objetos das afecções” (BRANDÃO, 2012, p. 101). Isso quer dizer que as coisas não são boas ou ruins em si, mas depende da forma como elas se colocam para nós.

Para Sawaia (2000, p. 15), “a afetividade é o nome atribuído à capacidade humana de elevar seus instintos à altura da consciência, por meio de significados, de mediar à afecção pelos signos sociais aumentando ou diminuindo sua potência de ação”.

Analisar a vida dos adolescentes que se encontram em situação de rua, que transitam pelo Núcleo Albergue, à luz da categoria afetividade, é compreendê-los como sujeitos com sentimentos e emoções, é considerá-los num paradigma “que supera o uso moralizador e normatizador de conceitos científicos que culpabilizam o indivíduo de sua situação social e legitimam relações de poder, apoiados no princípio da neutralidade científica” (SAWAIA, 2011, p. 99-100).

Outra estratégia de sobrevivência muito frequente é a procura de instituições como o Núcleo Albergue, chamadas por Marinho (2012) de “artifícios legais”, que garantem um refúgio para satisfazer suas necessidades físicas e até afetivas:

Quando eu chego aqui no Albergue, o que eu espero encontrar: os educadores que eu mais gosto, as cozinheiras, a comida [...]. Eu adoro a comida daqui do Albergue, gosto de todo mundo do Albergue, se “dou” com todo mundo aqui do Albergue, todo mundo do Albergue gosta de mim. (PAULO, 16 anos)

Rizzini (2003, p. 225) aponta que estar nas ruas também apresenta fascínios: “meninos e meninas, vindos de ambiente de condições de pobreza extremamente restritivos são magnetizados pela promessa de liberdade e diversão das ruas”.

Tem vez que acho bom ficar na rua também. Porque é livre, pode fazer um bocado de coisa. (PABLO, 17 anos)

Para Mello (2010, p. 137), esse desejo de ser livre, de fugir às regras, torna os jovens “vítimas predestinadas, porque estão na idade de maior inquietação e demandas por experiências novas e diferentes”, e não encontrando na comunidade escolar ou nos bairros aquilo que buscam, vão para as ruas.

Convém ressaltar que a falta de opção na escola, na comunidade, que tira a perspectiva dos jovens, assim como o não reconhecimento da necessidade de atender às suas inquietações, oferecendo-lhes atividades atraentes que lhes satisfaçam as demandas, também são sutilezas da exclusão que forçam a sua ida para as ruas como única alternativa.

Constatamos, então, que a situação de exclusão vivenciadas pelos adolescentes, a qual consiste na negação de direitos, só pode ser compreendida

na relação dialética inclusão/exclusão, isto é, quem não está incluído em algo, são “manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social” (WANDERLEY, 2011, p. 18).

Ao irem para as ruas, os adolescentes desenvolvem estratégias psicológicas de enfrentamento que levam a formas peculiares de existência fundamentais para sua sobrevivência.

Góis (2012, p. 107) identifica que condições de pobreza extrema levam à cristalização de uma identidade, que consiste em “uma identidade fragilizada ou transtornada, ou uma identidade de oprimido e explorado, a qual muitas vezes, por não ser compreendida é ‘tratada’ como psicopatologia, fanatismo religioso ou **delinquência**”⁶.

Martin-Baró (1996) aponta que essa identidade de oprimido e explorado é justificada pelo fatalismo que leva o indivíduo a explicar os fatos cotidianos de sua existência “por meio de fenômenos da natureza ou da vontade de uma identidade superior, ambos impossíveis de serem controlados” (CIDADE; MOURA; XIMENES, 2012, p. 94).

Podemos perceber essa característica na fala de um dos adolescentes entrevistados quando atribui a um “ente” ou força superior, o fato dele querer ir para as ruas e não conseguir manter-se afastado das drogas.

“Eu vou pra minha casa e fico pensando. Penso na rua. Aí bate aquela vontade de você tá bem pertinho, assim. Parece o “cão” atentando... (RONALDO, 14 anos)

O “cão atentando” seria a força misteriosa que impulsiona o adolescente ao uso das drogas e à ida para as ruas, reforçando o que Sawaia (2009, p. 370 *apud* CAMURÇA; MOURA; XIMENES, 2012, p. 94) denomina de “potência de padecimento”, ou seja, “de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência”.

A “potência de padecimento”, para Espinosa, afasta os indivíduos de sua “potência de ação” que consiste na capacidade que o indivíduo tem de ser, de se firmar e de se expandir: “toda coisa se esforça, enquanto está em si para

⁶ Grifo nosso. Pretendemos ressaltar o fato de que, ao não compreendermos as formas de existência de adolescentes em situação de rua, recorremos ao artifício de rotulá-los apenas como marginais e delinquentes, sem analisarmos as condições psicossociais que os levaram a isso.

perseverar no seu ser” (ESPINOSA, 1989b, p. 116 *apud* BRANDÃO, 2012, p. 100).

No caso dos adolescentes, na necessidade de justificarem sua condição de vida, atribuem à droga a responsabilidade pela situação de rua, o afastamento da escola e da família:

Mas é que a rua é muito difícil. A pessoa vai pra casa da mãe, a pessoa fica pensando, pensando nas drogas[...]

[...]A pessoa começa a estudar, mas aí dá aquela vontade de tu cair fora(...) Já tentaram me internar já, só quem quis me internar foi o J. Conheci um cara e ele tentou, me internou porque eu usava droga... O J., ele tentou me ajudar, eu não quis... (RONALDO, 14 anos)

A fala do adolescente revela que há um desejo, o qual, porém, teria sido diminuído por “causas exteriores cuja potência é infinitamente maior do que a nossa” (Brandão, 2012, p. 110). Nesse caso, o adolescente tem sua potência de ação diminuída pelo vício das drogas, que o afastam da possibilidade de direcionar positivamente esse desejo.

Apesar das rupturas, os adolescentes mantêm contato com suas famílias, indo visitá-las de vez em quando e sabendo o que se passa com elas, revelando-nos que a rua também pode ser uma situação provisória, um momento processual (MARINHO, 2012). Paulo (16 anos) conta, embora de maneira insegura, como vive sua família, demonstrando que tem contato com ela.

Minha vó se aposentou, ganha o dinheiro dela, tem a casa dela lá no Parque Santa Rosa. Minha mãe, minha mãe ela vive lá na favela ali do Henrique Jorge, mais ou menos assim. Aí fica, fica diferente. Fica, um dos meus irmãos fica com a minha vó e outros fica com a minha mãe. Os mais... A mais velha, ela tá junta com um cara, né? Acho que até que tá grávida, parece, não sei. A Jéssica tá com minha mãe, O Claudemir tá com minha tia. Aí tem os dois pequenos que tá com minha avó.

A pesquisa revelou que essa relação também se apresenta conflituosa e cheia de revolta quando atribui à mãe a culpa de ter ido para as ruas: “Foi depois que minha mãe me bateu, né? Porque eu peguei minha mãe usando drogas. Eu tinha cinco anos de idade. A minha mãe me bateu, peguei fugi de casa [...]” (PAULO, 16 anos).

Em outro momento, revela, atribuindo a si mesmo a responsabilidade sobre o relacionamento ruim que tem com a família: “*Eu não se ‘dou’ com minha família, porque minha família não gosta do jeito que sou.*” (PAULO, 16 anos). Indagado sobre que jeito seria esse, responde: “*O jeito de usar drogas.*” (PAULO, 16 anos).

Há casos como o de Ronaldo (14 anos) que prefere a rua a se submeter à vontade da mãe, que quer vê-lo estudando, e referindo-se às inúmeras tentativas da mãe de levá-lo para casa, justifica-se:

Só que era assim: Eles iam me buscar, me procuravam, voltava de novo e aí eles começavam a colocar eu pra fazer as coisas, ficava fazendo as coisas dentro de casa, eu não gostava não. Porque só eu fazia as coisa dentro de casa, meus dois irmãos não fazia nada. Aí eu ficava só pensando: “Que diabo é isso? Só eu que faço as coisas, faço tudo aqui dentro, lavo os pratos, varro a casa e eles aí na faz nada, ficam só assistindo televisão... e ela ainda quer que eu leve água pra ela, só porque é mais nova. Quer dizer o que com mais novo se eu peço água ninguém vai buscar?” Eu tou fazendo as coisas e a menina fica jogando as coisa no meio da casa pra eu limpar; Quebra as coisas, quando ela chega bota a culpa em mim... Aí eu tenho que aguentar o que ela tá falando, aí eu vou é pra rua mesmo...Eu disse lá no Conselho(Tutelar): É melhor ser ladrão, morrer... (RONALDO,14 anos)

Percebemos que apesar da pouca idade, Ronaldo, tendo interiorizado a ideia de culpabilização por sua situação, encontra justificativas para permanecer nas ruas, revelando a fragilidade das famílias, como resultado também da miséria e do desamparo aos quais estão expostas, na inabilidade de lidar com seus conflitos intergeracionais.

Ressaltamos a importância da compreensão da exclusão como processo dialético, invertendo, de acordo com a proposta de Sawaia (2011) a ideia de inclusão social, desatrelando-a da noção de adaptação e normatização, bem como da culpabilização individual”. Assim, é possível perceber a exclusão como ligada “aos mecanismos psicológicos de coação” e os excluídos como ligados “ao resto da sociedade no processo de manutenção de ordem social”, de forma que, por este mecanismo subjetivo de coação, o excluído é o culpado de sua exclusão, pois, “o pobre é constantemente incluído, por mediações de diferentes ordens, no nós que o exclui, gerando o sentimento de culpa individual pela exclusão.” (SAWAIA,2011 p. 9-10)

Para Sawaia (2011, p. 8), há uma ambiguidade no conceito de exclusão, pois “permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo sem (*less*) até a da injustiça e exploração social.”

Nessa perspectiva, a exclusão é um processo de múltiplas dimensões que só pode ser compreendido nos seus aspectos “materiais, políticos, relacionais e subjetividades” (SAWAIA, 2011, p. 9).

3.1 Os sonhos e as expectativas para o futuro

Paulo Freire (1992), em sua *Pedagogia da Esperança*, diz não entender a existência humana sem esperança e sonhos. Considera a esperança um elo entre os sonhos e a realidade, e os sonhos como necessidade ontológica, isto é, própria da natureza dos seres, afirmação que condiz com a ideia espinosana de que o ser humano nasceu para a felicidade e a alegria.

Diante da pergunta sobre seus sonhos, alguns adolescentes hesitaram em responder e até confundiram que estavam sendo indagados sobre os sonhos que tinham à noite, como Ronaldo (“*eu sonho coisa ruim*”) ou Simone (“*eu sonho que eu estou em casa, só que eu não estou não*”). Essas respostas parecem sugerir que eles nem sabem o que é sonhar ou fazer planos para o futuro, que suas vidas são marcadas apenas pelo agora, pelo presente, e esse presente nega-lhes outras possibilidades. Porém, insistindo um pouco, conseguiu-se antever que existem, sim, sonhos que povoam seu universo e demonstram que ainda se sentem gente!

As expectativas dos adolescentes chamam atenção no que diz respeito ao retorno às redes de sociabilidade. Indagados sobre seu principal sonho, revelam:

Morar sozinho e trabalhar. Fazer faculdade. Estudar também... (PABLO, 17 anos)

Eu queria muito, eu sinto muita, muita vontade (...) de começar a estudar novamente, começar a trabalhar, porque já que eu vou ficar de maior... (PAULO, 16 anos)

Lima (2010) identifica, em sua pesquisa sobre o Projovem Urbano em Fortaleza, que embora os jovens percebam a escola como um lugar de exclusão, por falta de atrativos e inadequação das propostas educativas e profissionais, paradoxalmente percebem-na como uma possibilidade de melhorar suas vidas.

Outro aspecto relevante é a compreensão da importância do trabalho como possibilidade de reinserção social, pois Forrester (1997) reconhece que

o desemprego é o maior propulsor de exclusão social, e o adolescente Raí relembra que tem que lidar com seu desemprego e o desemprego de sua família:

A minha família é uma família humilde. Um trabalha. Uma das minhas irmãs. Um mora no interior; outro trabalha fora. A minha mãe não trabalha, “sobreveve” só do Bolsa Família dos três” menino pequeno”. Meu pai já morreu. (RAÍ, 17 anos)

Forrester (1997, p. 11), analisando o sofrimento e a exclusão causada pelo desemprego, reforça: “não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera e que para muitos provém de sua inadequação aquilo que o define, àquilo que o termo ‘desemprego’ projeta apesar de fora de uso, mas ainda determinado seu estatuto”.

Os projetos e expectativas de vida são, segundo Velho (2004), elaborados e constituídos em função de experiências socioculturais de vivência e interação. Conforme Monalisa, seu sonho é “trabalhar na Dakota”. Indagada do porquê, diz ser um sonho da mãe, mas percebe-se que é uma possibilidade para a adolescente em sua cidade, sendo assim um sonho possível.

Existem também os sonhos que, para se realizarem, necessitam da mediação da instituição. Sonhos possíveis, como a consecução de trabalho e a retomada dos estudos, e aquele como o sonho de Raí, que quando perguntado, responde:

Oportunidade, né, tia? Porque eu tô sendo amparado pelo governo. Acho que pode surgir alguma esperança de alguma oportunidade de trabalho pra gente ser alguma coisa na vida, né? Se tiver alguma chance, eu queria ir para uma escolinha (de futebol), se eu tiver aqui... Se aparecer algum atleta, né, eu queria ir pra escolinha. Se eu tiver aqui, eu vou pedir a ele pra eu ir treinar onde ele tá... Pra eu ir pra escolinha... (RAÍ, 17 anos)

A fala do adolescente revela uma questão bem interessante: a mediação da instituição para a realização do sonho de conseguir ser um atleta, dando-lhe visibilidade – fator que aponta para a importância das instituições em sua vida, reforçando o que já foi mencionado na seção sobre o adolescente procurar a instituição como forma de sobrevivência e como recurso de transformação de suas condições objetivas de vida.

Considerações finais

O surgimento da psicologia social crítica deu-se na esteira de um movimento desencadeado no seio das ciências humanas que reconhecia a ineficácia do modelo positivista na sistematização dessas ciências. A partir do materialismo dialético, propôs-se uma nova epistemologia para a psicologia social no sentido de desconstruir a ideia de naturalização dos fenômenos sociais. “O método materialista histórico dialético oferece recursos para captar o homem na sua totalidade histórica, a partir de suas categorias tais como totalidade, contradição, empírico-abstrato-concreto, mediação.” (BOCK, FERREIRA, GONÇALVES, FURTADO, 2007, p.50).

Com este estudo pretendemos desenvolver reflexões com vistas à compreensão da situação de rua como construção social, propondo contribuir com as diversas áreas do conhecimento que se proponham a estudar o homem em seus múltiplos aspectos relacionais, almejando caminhos para a transformação social.

Destacamos a importância da categoria afetividade como um elemento constitutivo do psiquismo humano (LANE, 2006) e de fundamental importância para a análise da situação de exclusão e da desigualdade social como condições objetivas que afastam os indivíduos da positividade de sua potência, impossibilitando-os de construir um projeto de vida e anulando-lhes as perspectivas de futuro.

O título da pesquisa inspirado na fala de um dos adolescentes quando indagado sobre os seus sonhos para o futuro: “Eu só quero, eu só queria mesmo era poder mudar de vida”, revelou que o sofrimento em ser excluído está presente nas suas vidas, que existe o desejo de mudar sua realidade, que todo ser tem desejos positivos para si mesmo ou, de acordo com Espinosa (1989 *apud* BRANDÃO, 2012), é como se houvesse sempre no homem o desejo de ser feliz, ou pelo menos uma força em potencial para buscar essa felicidade, mas essa potência pode ser diminuída ou eliminada por fatores externos que se sobrepõem à sua vontade.

Das suas narrativas, percebeu-se que os desejos estão lá presentes, pulsando, fazendo-os sofrer, e ouvi-los representa para eles uma possibilidade de desabafo, até mesmo de esperança. É importante ouvir suas vozes, entender os motivos que levaram esses adolescentes a essa situação, compreender seus sofrimentos e, quem sabe, apontar caminhos para lidar com a problemática aqui proposta. Ouvi-los oferece-nos subsídios para compreender os intrincados

elementos que estão relacionados a seu modo de pensar e agir, para a construção de estratégias que visem à superação de suas condições de vida.

As entrevistas realizadas confirmam a fragilidade em que se encontram as famílias dos adolescentes, a qual impossibilita uma convivência familiar e comunitária. Assim, vislumbramos a necessidade de intervir mais diretamente sobre suas famílias, como possibilidade de enfrentamento à situação de rua.

Referências

BOCK, A. M. B. et al. Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Rev. Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007. Edição especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000500018&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 maio 2011.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFCS, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, Jan./Jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRANDÃO, Israel Rocha. *Afetividade e transformação Social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório*. Sobral: Edições Universitárias, 2012.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil(1988)*. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. *Lei n. 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990*. Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2005.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v 15, n.4, p. 679-84, out./dez. 2006.

CIDADE, E. C.; MOURA JR J. F. ; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Rev. Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 30, n. 68, p.87-98, jan./mar. 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, M. C. de Sousa. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 31. ed. São Paulo: Vozes. 2012. 108 p.

- FARR, Robert M. *As raízes da psicologia social moderna*. Tradução de Pedrinho Guareschi e Paulo V. Maia. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 246 p.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo. Unesp, 1997. 154 p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245 p.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.
- GÓIS, Cezar Wagner de Lima. *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. 240 p.
- _____. *Psicologia Clínico-Comunitária*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. 190 p.
- LANE, S. T. M. ; CODO, W. (Org.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2004. 220 p.
- LANE, S. T. M. ; SAWAIA, Bader B.(Org.) A Mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: _____. *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 55-63.
- LIMA, D. M. A.; BOMFIM, Z. A. C.; PASCUAL, J. G. *Emoções nas Veredas da Psicologia Social: Reminiscência na filosofia e psicologia histórico cultural*. *Psicol. Argum., Curitiba*, v. 27, n. 58, p. 231-40, jul./set. 2009.
- LIMA, Deyseane M. A. *Projovem Urbano da Escola Papa João XXIII do Bairro Vila União: significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental*. 2010. 146 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- MARINHO, Camila Holanda. Singularidades Inquietantes: quando a rua é um lugar de encontros de afetos. *Revista Diálogos Acadêmicos*, Fortaleza, v.1, n. 1, p. 119-129, Jul./Dez. 2012.
- MARTÍN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 7-27, Jan./Jun. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- _____. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel S. L; LACERDA Júnior, Fernando (Org.). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas: Alínea, 2009. p. 199-220.
- MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.131-42.
- MIRANDA, Sônia Guariza. *Crianças e Adolescentes em situação de rua:*

- políticas e práticas pedagógicas do poder público em Curitiba. 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- MORAIS, Normandia Araújo de; SILVA, Lucas Neiva; KOLLER, Sílvia Helena. Crianças e Adolescentes em situação de rua: história, caracterização e modo de vida. In: _____. *Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 35-57.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 259-288.
- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 21, p.29-47, Jul./Dez. 1994.
- NEVES, V. F. A. Pesquisa-ação e Etnografia: caminhos cruzados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 1, n. 1, p. 1-17, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2013.
- PASSETTI, Edson (Org). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999.
- PINHEIRO, Ângela. *Criança e Adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. 438 p.
- RIZZINI, Irene (Coord). *Vida nas ruas: crianças e adolescentes na rua: trajetórias inevitáveis ?*. São Paulo: Loyola, 2003. 284 p.
- SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e Criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del.(org.) *História das Crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p .211-29.
- SAWAIA, B. B. *A emoção como locus de produção do conhecimento: uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa*. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SOCIOCULTURAL, 3., Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Campinas, 2000. Disponível em <www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/1060.doc>. Acesso em: 23 abr. 2013.
- SAWAIA, Bader. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: _____. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 99-117.
- _____. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: _____. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 7-13.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____ . *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p 15-37.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 17-26.

Data da submissão: 28/08/2015

Data do aceite: 15/10/2015